

Svobodová, Iva

**Artigo definido e nulo com os antropónimos e topónimos**

*Études romanes de Brno*. 2011, vol. 32, iss. 1, pp. [157]-169

ISSN 1803-7399 (print); ISSN 2336-4416 (online)

Stable URL (handle): <https://hdl.handle.net/11222.digilib/114903>

Access Date: 16. 02. 2024

Version: 20220831

Terms of use: Digital Library of the Faculty of Arts, Masaryk University provides access to digitized documents strictly for personal use, unless otherwise specified.

IVA SVOBODOVÁ

## ARTIGO DEFINIDO E NULO COM OS ANTROPÓNIMOS E TOPÓNIMOS

### 1. Valor estilístico do artigo definido ou nulo no caso dos antropónimos

É nosso objectivo sugerir um método de análise das interpretações semântico-estilísticas do artigo acompanhado por antropónimos e topónimos em português contemporâneo, tendo presente não só as concepções europeias da Estilística como também a divisão funcional da língua na qual se baseia a Estilística Funcional, cujo fundador foi o Círculo Linguístico de Praga.

A procura dos valores estilísticos activos do artigo tem a sua justificação na falta de explicações formalizadas de todos os semas do artigo, o que resulta também em superficialidade da compreensão do artigo por parte dos falantes não nativos da língua portuguesa (que carecem de competência e da intuição linguística essenciais para um uso adequado do artigo correspondente ao tipo de texto – do contexto, co-texto e macrocontexto). Propomo-nos, no presente estudo, investigar a língua portuguesa a nível da subjectividade, pressupondo que esta possibilidade não desvie de tendências actuais da linguística portuguesa que veio a adquirir, durante as últimas décadas, um matiz interdisciplinar, centrando o foco de atenção no estudo de variações diastráticas, sociológicas e diafásicas.

No presente trabalho partiremos da definição tradicional do artigo, que é definido tradicionalmente como operador dos processos de determinação mas, ao mesmo tempo, procuraremos os efeitos estilísticos secundários que o artigo é capaz de provocar no caso dos antropónimos e topónimos. Os nossos resultados serão destinados, sobretudo, aos falantes cuja língua materna ou carece de artigo (sendo que não o necessita porque consegue, através do contexto tanto linguístico como extralinguístico, determinar os nomes sem determinantes) ou conta com a presença do artigo, mas este apresenta regras de utilização diferentes.

Propor-nos-emos incluir no nosso estudo o ponto de vista pragmático-estilístico omitindo os movimentos semânticos do artigo esboçados, por exemplo, por tais personalidades como foi Gustave Guillaume que analisou os movimentos de trajectória do concreto para o abstracto, do abstracto para o universal, ou do universal para o concreto. Este estudo partirá de uma série de artigos publicados

pela autora que se mostraram inovadores sobretudo por incluir na análise o chamado “valor estilístico”, termo que costuma estar estreitamente ligado, sobretudo na Estilística da Língua Checa, à divisão funcional de língua (ou com os diferentes estilos funcionais – registos: escrito (literário), oral, formal, familiar, etc.). E como o presente trabalho parte de uma investigação a longo prazo, permitimos constatar que oferece soluções para questões-chave que ainda não foram formalmente respondidas, porque a linguística portuguesa tentou, até há pouco tempo, evitar a subjectividade nos estudos linguísticos que seguiram as teorias chomskianas.

Para podermos analisar os valores estilísticos do artigo, partiremos da classificação dos valores estilísticos em três tipos: constantes, aderentes e inerentes. Os valores estilísticos que são constantes nascem quando uma unidade estilística se repete em tipos de contextos idênticos. O valor constante é denominado em *Gramática Construtural da Língua Portuguesa* como “constâncias” que são definidas, na mesma obra, como “os elementos constantes que não podem ser eliminados, trocados ou alterados, sob a pena de mudança de significado ou de incompreensão” (Back, Mattos, 1972: 725).

Exemplifiquemos o *valor estilístico constante* (Svobodová, 2009: 123) pelo uso constante do artigo em determinadas funções sintácticas (evidente, por exemplo, no caso do predicativo do predicado nominal quando o nome refere nocionalmente uma profissão ou nacionalidade) ou o uso do artigo zero nos títulos dos textos jornalísticos, o uso do artigo com os nomes próprios de pessoa em diferentes registos, etc. (veja-se nos seguintes capítulos).

- |                                    |                        |
|------------------------------------|------------------------|
| (1) A Maria é professora.          | (português comum)      |
| (2) O Mário é português.           | (português comum)      |
| (3) Médico segura coração do bebé. | (registo jornalístico) |

O *valor estilístico aderente* (Svobodová, 2009: 123) consiste na adesão de um significado estilístico secundário ao próprio significado lexical (como por exemplo no caso das palavras que sofreram alteração semântica da extensão do significado (Bechara, 2001: 403), ganhando um matiz expressivo-emotivo adequado muitas vezes apenas ao registo oral/informal. Exemplifique-se o valor aderente do artigo com a frase abaixo exemplificada em que o artigo enfatiza o significado de todo o texto:

- |                                 |  |
|---------------------------------|--|
| (4) É o vens!                   | (valor enfático – registo oral/informal) |
| (5) É a loja!                   | (valor enfático)                         |
| (6) As crianças são os piratas! | (valor enfático)                         |
| (7) Ele é o poeta!              | (valor enfático)                         |

O *valor estilístico inerente* (Svobodová, 2009: 123) cobre as necessidades comunicativas numa determinada esfera de comunicação: termos técnicos e palavras especializadas que fazem parte de uma linguagem especializada, já que neles foi desenvolvido um pleno significado nocional, mas suprimida a componente

pragmática da comunicação (Krčmová *et.al.*, 1997: 128). Estes lexemas são distribuídos apenas em esfera de comunicação profissional. O valor inerente do artigo seria patente, por exemplo, no caso do artigo definido utilizado com os termos técnicos e especializados (*a cirurgia x / \*uma cirurgia*).

Todos esses valores estilísticos são designados genericamente pelo nome “valor estilístico contextual” (Bechara, 2001: 153) e são colocados em oposição com o valor “atualizador” ou “designativo”. Este tipo de valor estilístico é resultado da intenção criativa do autor que tem a capacidade de criar um contraste entre diferentes expressões, partindo da predicabilidade ou impredicabilidade das palavras em diferentes tipos de textos. Este valor pode também ser observado na alteração do uso do artigo com antropónimos (tanto nomes como e apelidos). Vejamos como o artigo pode criar um contraste entre os diferentes registos nas seguintes frases onde o artigo coloca em oposição as linguagens formal e familiar:

- (8) João Vasco é o nosso novo colega. (discurso formal)  
 (9) O João Vasco também vai à palestra. (discurso familiar))

Na presente investigação propomo-nos aplicar os conceitos introduzidos pelo linguista eslovaco, Ján Findra (2002: 96): “estilema”, “pragmema” e “informema”. O “estilema” é definido, por ele, como a unidade mínima estilística, capaz de activar ou desactivar um texto, e que tem dois componentes semânticos: pragmático e informativo, denominados pragmema (valor pragmático – expressivo – emotivo - aderido) ou informema (valor informativo – neutral – nocional). Sob estas premissas propomo-nos fazer equivaler (i) o sema pragmático do artigo ao valor estilístico aderente do artigo e (ii) o sema informático do artigo ao valor constante do artigo. A classificação semântica resultante do artigo poderia corresponder ao modelo abaixo desenhado.

informema	pragmema
forma não marcada	forma marcada
Sentido nocional	sentido emocional e expressivo
Sentido neutral	matiz estilístico

Relativamente à capacidade estilística do artigo de activar e desactivar o texto, podemos adicionar ainda mais uma classificação de Findra, que consiste na subdivisão em dois grupos: estilemas macro-paradigmáticos e estilemas micro-paradigmáticos. Esta classificação é vista por Findra como a base funcional para a formação de camadas estilísticas que nascem das – por ele chamadas – “reservas paradigmáticas” (Findra, 2002: 96). Nelas podem ser sintetizados tanto os meios expressivos marcados com os não marcados, contribuindo ambos, paralelamente, e com a mesma intensidade, para a construção do perfil estilístico do texto. A paradigmática, portanto, não é formada apenas por elementos estilísticos activos como também por elementos passivos. O Estilo é, ao nível sistemático da língua, percebido como resultado das funções das configurações

de todos estes meios expressivos utilizados e potencialmente utilizáveis. Como potencialmente activos são considerados todos os meios expressivos que podem dar origem a um contraste estilístico, sendo colocados em oposição os elementos marcados e os não marcados, os predicáveis e os impredicáveis. O perfil estilístico pode ser construído pelos meios linguísticos em todos os níveis linguísticos: fónico, lexicológico, morfológico e sintáctico, ou seja, a função do estilema pode ser desempenhada por fonema, lexema, morfe e sintagma. Ján Findra divide os estilemas em linguísticos, construtivos (conexões, conectores, factores superoracionais, perspectividade funcional, discurso do autor, discurso directo, discurso indirecto) e cinéticos (gesticulação, mímica, linguagem do corpo, contexto). Com esta sua classificação tenta fazer valer a opinião de que não há motivos para negar a existência da “sistematicidade” às línguas funcionais, já que o estilo funcional linguístico representa um conjunto intersubjectivo de regras e leis que se activam na subconsciência do locutor e que, ao mesmo tempo, se actualizam individualmente de acordo com as exigências dos factores estilísticos relevantes e das normas de comunicação.

Na presente investigação tentaremos aplicar a metodologia de Findra, procurando os informemas e pragmemas do artigo acompanhado tanto por antropónimos como por toponímicos.

Durante a nossa investigação de muitos anos que dedicámos à observação e à procura dos semas do artigo ligados aos seus matizes e valores estilísticos constante e aderente em diferentes registos linguísticos, chegámos a relevantes conclusões que talvez não sejam inovadoras para a Linguística Portuguesa mas que ainda não foram formalmente aceites ou expostas por ela.

## **2. Valor estilístico do artigo definido e nulo no caso dos antropónimos**

Para os fins da nossa análise onde tentamos procurar os componentes semânticos do artigo, tivemos que partir dos valores estilísticos expostos acima e da sua função de operador de processos de determinação. O valor aderente, que o artigo pode adquirir, pode estar relacionado, como já vimos nos exemplos mencionados, entre outros, com o tipo do discurso: oral/escrito, formal/informal, sendo que é possível constatar que o artigo apresenta certas especificidades no registo jornalístico. A interpretação correcta destes semas depende muitas vezes também dos tipos de compatibilidade que o artigo apresente no eixo sintagmático com outros constituintes, tendo em conta a função sintáctica e classemática do SN (det+nome). A variabilidade de interpretações possíveis será mais vasta no caso dos antropónimos, do que, por exemplo, no caso dos nomes massivos. Veja-se, como um exemplo ilustrativo, o uso do artigo com os antropónimos onde surgem várias questões relativamente à omissão do artigo. Apesar de a omissão do artigo com os nomes próprios (sem apelido) neste caso não ser considerada normal (veja-se a seguinte citação), esta não pode ser recusada absolutamente, sendo documentada apenas em determinados registos.

Por um lado oferece-se-nos a opinião exposta por Raposa (1999): “Em português europeu, os nomes próprios de pessoa (quando usados referencialmente) são obrigatoriamente precedidos de um artigo definido [...] todos os nomes próprios se encontram submetidos a este comportamento” (citado em Soares, 1999: 496).

Por outro lado, não obstante, verificamos ausência do artigo com os nomes próprios de pessoa em casos específicos, sendo tal uso reservado para os discursos literários ou formais, o que documentam numerosos exemplos presentes em textos jornalísticos (reportagens, análises literárias, etc.). Veja-se o contraste entre os semas nas seguintes duas frases:

- (10) O Marko estuda agricultura tecnológica e a Iva prepara-se para concluir gestão.  
(registo oral)
- (11) Marko estuda agricultura tecnológica e Iva prepara-se para concluir gestão.  
(registo escrito (formal)/jornalístico)  
(P. C. Rodrigues, Visão, 30.7.2007, O Regresso do pintor)

Poderíamos concluir que os semas do artigo nulo e definido, nos dois casos acima mencionados, são diferentes, já que não poderiam ser substituídos no eixo paradigmático um por outro sob pena de ser substituído o registo familiar pelo formal.

Outros autores parecem apoiar a nossa convicção, como por exemplo, M. R. Lapa e Inês Duarte Soares, que não recusam absolutamente a omissão do artigo com os nomes próprios caso se trate de um maior grau de formalismo.

- (12) Maria não se esquece nunca dos seus deveres. (registo oral/escrito – formal)
- (13) A Maria estuda aplicadamente as lições. (registo oral/escrito – português comum)  
(Soares, 1999: 496)

“Quanto aos nomes próprios de personagens históricos (especialmente quando designados no contexto de um discurso literário ou histórico relativamente formal, não requerem nem permitem para alguns falantes), um artigo definido” (Soares, 1999: 496).

Não obstante, não raramente encontram-se tendências para usar o artigo definido com os personagens históricos num registo oral e informal. Compare-se as seguintes duas frases onde o artigo desloca o discurso a um certo grau de familiaridade:

- (14) Cavaco Silva fez um discurso cauteloso no dia 25 de Abril. (registo oral/escrito – formal)
- (15) O Cavaco Silva fez um discurso (cauteloso) no dia 25 de Abril. (registo oral – informal)

Se se tratar de uma notícia na televisão, num jornal ou noutro meio de comunicação social, esperaremos que o jornalista encarregado de a transmitir utilize a primeira frase. É uma situação de formalidade, e o jornalista está obrigado pelo seu dever de isenção a manter algum distanciamento em relação aos factos e pessoas tratados na notícia. Se, por outro lado, esse mesmo jornalista estiver num café a conversar com os amigos sobre este tema, já sem o fardo do dever

profissional, esperamos que use a segunda frase, com o artigo presente, pois trata-se de uma situação informal e não existe a necessidade de distanciamento que existia na situação anterior. Os efeitos estilísticos produzidos pelo artigo são, pois, sobretudo de menor distanciamento e de maior intimidade.

No caso dos antropónimos (nomes e apelidos) de pessoas existentes em sub-consciência de uma comunidade menor, podemos ver uma relação análoga, ou seja, o nome junto com o apelido pode ou não ser acompanhado pelo artigo, sendo que é o grau de formalidade o factor decisivo no seu uso. Não obstante, podemos pressupor que haverá maior número de casos em que se nos oferece o artigo.

Compare-se, novamente, as seguintes frases:

- (16) Pedro Caldeira Rodrigues é o nosso novo colega. (maior grau de formalidade)  
 (17) O Pedro Caldeira (Rodrigues) está à nossa espera. (menor grau de formalidade)

Para terminar a teoria acima aplicada, falta responder a uma pergunta essencial: quando definir o artigo junto com os nomes próprios de pessoa como informema e quando como pragmema? Veja-se, mais uma vez, as seguintes frases:

- (18) O Marko estuda agricultura tecnológica e a Iva prepara-se para concluir gestão.  
 (informema em registo oral)  
 (19) Marko estuda agricultura tecnológica e Iva prepara-se para concluir gestão.  
 (informema em registo jornalístico)  
 (20) Maria não se esquece nunca dos seus deveres.  
 (pragmema em registo oral)  
 (21) A Maria estuda aplicadamente as lições.  
 (pragmema em registo jornalístico)

De acordo com as nossas investigações, o artigo definido com os nomes próprios de pessoa sem o apelido, apesar de ser definido por Lapa (Lapa, 1984: 120) como elemento que insinua um grau de familiaridade e expressividade, é visto como sema estilístico constante, sendo o seu uso tão frequente e automatizado que, segundo a nossa opinião, provavelmente não poderá ser considerado como um meio linguístico de matiz expressivo-emotivo, ou seja, como pragmema (ou valor aderente). Mesmo que implique um sema de familiaridade, este sema apenas é visível quando colocado em oposição com o artigo nulo, o qual, sim, apresenta um alto grau de formalidade, marginalidade e uma marcação evidente (e em cujo caso podemos definir o artigo nulo por meio do valor aderente). Situação oposta ocorre no caso do uso do artigo nulo em registo jornalístico que implica objectividade do autor, um certo grau de formalidade do texto do jornalista, dever de isenção e um distanciamento em relação aos factos e pessoas tratados na notícia.

Conclui-se que, segundo o seguinte quadro, a variabilidade semântica do artigo definido e do artigo zero depende altamente do tipo do registo. Poderíamos chamar esta variabilidade de “diafásica”:

Artigo junto com os nomes próprios de pessoa:			
artigo nulo	artigo definido	artigo nulo	artigo definido
pragmema	informema	informema	pragmema
forma marcada	forma não marcada	forma não marcada	forma marcada
alta formalidade	sentido nocional, informativo (o arti- go expletivo)	sentido nocional	sentido emocional e expressivo
matiz estilístico	sentido neutro	sentido neutral	matiz estilístico
registro oral/escrito	registro oral/escrito	registro escrito – jor- nalístico/análises literárias/	linguagem jornalísti- ca, discurso literário

### 3. Valor estilístico do artigo definido e nulo no caso dos topónimos

Passamos, nesta parte, a expor os nossos resultados relativos à interpretação semântico-estilística do artigo com os nomes geográficos de países. Soares (1999:496) registra uma apreciável inconsistência no caso de ocorrência do artigo com múltiplos topónimos, o que evidencia também irregularidades frequentes no uso do artigo com os nomes de localidades, vilas, cidades, etc., que segundo a hipótese aventada por Celso e Cunha (1985), quando formados a partir de nomes comuns, conservam o artigo.

Apesar de existirem regras pré-estabelecidas, a observação do uso do artigo com toponímicos revelou-nos movimentos por nós imprevisíveis, mas que têm a sua justificação.

Um caso que documenta uma surpreendente evolução do uso do artigo é ilustrado pelo nome de uma vila algarvia, chamada Burgau, que tinha sido usado originalmente sem o artigo mas que passou a “adoptar” oficialmente o artigo como parte da sua denominação há relativamente pouco tempo. Assim chegou a ter as mesmas características aventadas por Celso e Cunha e que podem ser documentados pelos nomes de outras vilas, o Alvor, o Vau, a Praia da Rocha, etc., ou seja, localidades cujos nomes partiram dos nomes comuns correspondentes. No caso da vila Burgau podemos supor a existência de uma referência comum, provindo o nome da vila do nome “francês burgau que significa: cascalho ou molusco de concha univalve da qual se extrai nácar” (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, 2001: 597).

Uma tendência oposta que consiste no uso do artigo com topónimos, também foi verificada por Soares (1999) no caso dos nomes de cidades como Fátima, Alijó, Pombal, Tróia. Esta tendência, contudo, não foi “gramaticalizada” como no caso anterior. “Se para a maioria dos falantes estes nomes ocorrem sem artigo, para outros tal não acontece. Os falantes locais dizem consistentemente e sem qualquer problema, “Vou à Fátima / à Alijó / ao Pombal / à Tróia, por exemplo. Portanto, mesmo nos casos em que o artigo, em regra, não é usado, nada parece

impedir que ele surja, ainda que tal aconteça em relação a um grupo particular de falantes” (Soares, 1999: 498).

Por último, não podemos deixar de mencionar cidades que em português aparecem sob duas formas: Eis o exemplo de “Lagoa” que tem duas formas sendo o artigo o “localizador” da cidade: Lagoa em Portugal (vila algarvia, sem artigo) e outra nos Açores: a Lagoa, sendo que um grupo particular de falantes açoreanos que conhecem o Algarve tiram indevidamente o artigo à cidade açoreana da Lagoa.

Conclui-se que o artigo adquire um valor aderente que implica a capacidade estilística de deslocar o texto a um outro registo. Além deste valor aderente verificámos a sua capacidade localizadora (Lagoa *vs* a Lagoa). Em macrocontextos mencionados, o artigo com os nomes de cidades e povoações pode ser considerado como um estilema no sentido de ser a unidade mínima activa, imprevisível num fundo estilisticamente neutro, que também pode ser visto como um desvio à norma.

Um uso inconsistente foi verificado também no caso de nomes geográficos de países. Soares (1999: 500) trata da ocorrência do artigo junto com os nomes de países como França e Itália.

[...] em alguns nomes de países como “França” ou “Itália”, entre outros, pode em português assistir-se, em determinadas construções, à supressão do artigo. Quando não ocorrem em posição de sujeito e sim de complemento, diz-se, por exemplo, “Estive em França” e o nome surge unicamente regido de preposição. Contudo, o mesmo já não acontece no caso do nome “Dinamarca”, entre outros, em que, na mesma construção se usa o artigo e se diz “Estive na Dinamarca”.

Nós verificámos o mesmo uso no caso dos nomes Espanha e Inglaterra. Para percebermos melhor as diferentes “nuances” existentes entre o uso ou não do artigo, elaborámos um questionário que teve como objectivo verificar o movimento semântico-estilístico do artigo junto dos quatro nomes de países acima mencionados (França, Inglaterra, Espanha, Itália).

A maioria dos participantes respondeu que o uso do artigo definido com os nomes dos países mencionados resulta menos elegante, menos correcto, mais popular ou menos frequente, opostamente à omissão do artigo que foi, neste caso, caracterizada como mais elegante, mais correcta e mais frequente. Não obstante, temos que realçar neste ponto o facto de nenhum dos participantes do questionário ser emigrante, já que estes usam o artigo com estes quatro países de um modo correspondente ao estado de língua dos anos 80. O uso ou não do artigo não parece ser rigorosamente proibido ou ordenado pelas gramáticas existentes, sendo que a única informação que obtemos é que o artigo pode ser suprimido em determinadas construções (Soares 1999), ou que às vezes pode ser ou é usado sem o artigo definido (Celso Cunha, 1985). Do ponto de vista de um falante não nativo permitimos constatar que aqui falta uma explicação mais transparente. Segundo os resultados do questionário chegámos a perceber que o artigo, novamente, pode ser percebido como estilema – não no sentido do desvio à norma (espero termos deduzido correctamente das prescrições gramaticais existentes que o uso do ar-

tigo nestas situações não fosse proibido), mas sim como estilema que desloca, novamente, o discurso para outro tipo de registo. As formas cráticas e não cráticas das preposições foram procuradas no corpora NATURAPUB e os resultados obtidos correspondem, em grande medida, com as interpretações dos participantes. No nosso quadro das formas procuradas no corpora acima mencionado apresentamos apenas as preposições que ultrapassaram o número 100 de ocorrências. As outras ocorrências (com outras preposições) foram encontradas muito raramente, razão, pela qual resulta, no caso doutras preposições e para o nosso objectivo de análise, relevante a interpretação dos falantes nativos.

## Itália:

1. Visitámos a Itália.	correcto, mais popular
2. Visitámos Itália.	correcto, mais “elegante”
1. Esteve em Itália.	correcto, mais “elegante”
2. Esteve na Itália.	correcto, mais popular
1. Passaram as férias em Itália.	correcto, mais “elegante”
2. Passaram as férias na Itália.	correcto, mais popular
1. Trouxemos livros de Itália.	correcto, mais “elegante”
2. Trouxemos livros da Itália.	correcto, mais popular
1. Da Croácia, passaram para Itália.	correcto, mais “elegante”
2. Da Croácia, passaram para a Itália.	correcto, mais popular

## Espanha:

1. Visitámos Espanha.	correcto, mais “elegante”
2. Visitámos a Espanha.	correcto, mais popular
1. Trouxe livros de Espanha.	correcto mais “elegante”
2. Trouxe livros da Espanha.	correcto, mais popular
1. Passaram as férias em Espanha.	correcto mais “elegante”
2. Passaram as férias na Espanha.	correcto, mais popular
1. Estiveram em Espanha.	correcto mais “elegante”
2. Estiveram na Espanha.	correcto, mais popular
1. Foi viver para Espanha.	correcto, mais “elegante”
2. Foi viver para a Espanha.	correcto, mais popular

## França:

1. Viveram muitos anos em França.	correcto, mais “elegante”
2. Viveram muitos anos na França.	correcto, mais popular
1. Apaixonou-se por França.	correcto mais “elegante”
2. Apaixonou-se pela França.	correcto, mais popular
1. Mandou a carta para França.	correcto, mais “elegante”
2. Mandou a carta para a França.	correcto mais popular
1. O Pierre é de França.	correcto, mais “elegante”
2. O Pierre é da França.	correcto, mais popular

Obtivemos interessantes resultados relacionados com a profissão dos participantes: duas de vinte pessoas questionadas são professoras no ensino básico e secundário e aceitaram apenas a variante sem o artigo; o resto dos participantes (18 artistas que trabalham activamente em diversificadas áreas relacionadas com arte e cinema) caracterizaram o uso do artigo junto destes nomes como menos frequen-

te (socialmente menos elevado) e menos elegante, não rejeitando a possibilidade da ocorrência do artigo definido. Semelhantes resultados foram obtidos do corpora: <http://lusiadas.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=NATPUBLICO>.

Itália			
na	23 ocorrências	em	146 ocorrências
da	39 ocorrências	de	86 ocorrências

Espanha			
Na	8 ocorrências	em	<b>214</b> ocorrências
Da	27 ocorrências	de	<b>299</b> ocorrências

França			
na	17 ocorrências	em	<b>353</b> ocorrências
da	97 ocorrências (junto dos atributos geográficos – Sul da França, Sudeste da França, Taça da França, Ministros da Defesa da França, etc., muitas vezes foram encontradas construções agramaticais das frases reduzidas do infinitivo pessoal onde apareceram as formas cráticas na função do N sujeito)	de	<b>166</b> ocorrências

Inglaterra			
na	18 ocorrências (muitas ocorrências foram encontradas no âmbito do mesmo artigo com o que a importância do número e “elevado” do artigo diminui)	em	<b>85</b> ocorrências
da	33 ocorrências (muitas vezes trata-se da localização geográfica, por.ex. no Norte da Inglaterra, ou to uso do nome a Inglaterra – como nome representativo de equipas deportivas; na maioria das vezes trata-se ou de colocações fixas.)	de	<b>82</b> ocorrências

O mesmo resultado foi verificado no caso de um único nome de continente, i.e., África. Este resultado trouxe-nos uma informação nova porque as gramáticas existentes da língua portuguesa não excluem este continente do grupo dos continentes para o qual vale a mesma regra – o uso do artigo definido.

1. Viver em África é uma aventura. correcto, mais “elegante”
2. Viver na África é uma aventura. correcto, popular

*Corpus Natura Pub*

ÁFRICA			
na	140 ocorrências Quase sempre o nome África aparece acompanhado de atributo: África do Sul, África do Norte, África Oriental, África Sub-Sahariana, África Austral (1 ocorrência apenas com África sem atributo)	Em	<b>80</b> ocorrências (África sem atributo)
da	184 ocorrências Sempre junto com África do Sul, África do Norte, África Oriental, África Sub-Sahariana, África Austral (5 ocorrência apenas com África)	De	<b>107</b> ocorrências (África sem atributo)

Constate-se que existe também uma outra oscilação que desvendámos durante a nossa investigação relativa ao uso do artigo com África de Sul, baseada em investigação do material espontâneo em corpora do português, onde muitas vezes ocorre tanto “MUNDIAL NA ÁFRICA DO SUL” como “MUNDIAL EM ÁFRICA DO SUL”.

Outros interessantes resultados foram registados no caso do país Angola onde cinco dos vinte participantes dos questionários consideram o uso do artigo na primeira frase como correcto. No corpus não foi encontrado nenhum caso do nome geográfico Angola com o artigo, o que se deve à concepção do corpus cuja tarefa principal consiste em proporcionar sempre o material linguístico, baseado em língua correcta.

- |                          |  |
|--------------------------|--|
| 1. A Angola é o meu lar. | correcto                               |
| 2. Angola é o meu lar.   | correcto, mais “elegante”, mais formal |

A questão do uso ou não do artigo junto do nome Angola não ficou completamente esclarecida mas pressupomos que talvez se trate da influência do registo escrito/literário da língua portuguesa falada em Angola, sendo que na literatura africana não raramente aparece o artigo com o nome do país Angola. Outra possível teoria baseia-se no facto de muitos ex-combatentes portugueses em Angola terem utilizado este topónimo com o artigo, considerando normal tal uso até hoje.

É escusado lembrar que o jornalismo, novamente, apresenta as suas especificidades no caso do uso do artigo, sobretudo nos títulos jornalísticos, caracterizados por brevidade e vivacidade e onde ocorrem certas violências gramaticais. Apesar de os títulos deverem conter, expressos ou implícitos, sujeito, predicado e complemento (directo ou indirecto), outros elementos da frase, nomeadamente algumas partículas e artigos (definidos e indefinido), devem ser retirados (Gradim, 2002).

Nós verificámos a ausência do artigo definido na posição de sujeito, sendo mais frequente o uso do artigo definido na posição do sintagma preposicional. Compare-se os seguintes títulos jornalísticos (Público, 30-07-05):

EUA tentaram impedir saída de artigo sobre bioterrorismo.

Canadá aprovou casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Marrocos leva a tribunal a porta-voz do mais poderoso movimento islamista.

SEF contra nova lei da nacionalidade. (Serviço de Estrangeiros e fronteiras)

FBI investiga morte de três pessoas ligadas ao consulado dos EUA em Ciudad Juárez

Caça coordenada às máfias russa e georgiana já vai com 69 detenções na Europa

#### 4. Conclusões

Com as reflexões acima procurou mostrar-se que o artigo em português contemporâneo pode ser entendido não só como operador dos processos semânticos de determinação, mas também como instrumento capaz de enriquecer - activar estilisticamente o texto de acordo com estratégias cognitivo-estilísticas e de comunicação.

Para os fins da aquisição da língua portuguesa pelos falantes cuja língua não tem artigo, estes movimentos semântico-estilísticos do artigo carecem de uma explicação sistematizada e oficialmente aceite ou formularizada. Apenas com bases empíricas de investigação e observação atenta e detalhada das regularidades e das assimetrias e peculiaridades do uso do artigo em situações diferentes podemos deduzir e criar modelos prototípicos. Esta conclusão aponta para a necessidade de investigar métodos e instrumentos estilísticos exactos que contribuam para estudos mais complexos do uso do artigo e para reforçar a importância da estilística em linguística portuguesa.

A finalizar esta reflexão sobre a procura dos significados estilísticos do artigo, gostaríamos de apresentar sugestões de pesquisa sincrónica actual dos valores e significados estilísticos do artigo em português contemporâneo. No presente trabalho, dedicou-se maior atenção aos significados estilísticos do artigo, tendo sido levada em consideração sobretudo a divisão funcional das linguagens em oral e escrito, formal e informal. Não obstante, é de realçar o facto de o artigo se poder apresentar como estilema no registo jornalístico, onde nos títulos é frequentemente omitido, ou no caso dos textos literários, onde muitas vezes parece ser anteposto “o rema” com determinante zero. Para reforçar a ideia de o artigo ter valor estilístico, seria útil estudar o seu uso por exemplo em poesia, onde, segundo as nossas predições, é utilizado muitas vezes para manter o número de sílabas no verso, em textos administrativos e jurídicos, onde é maior a probabilidade de ser omitido o seu sema pragmático, prevalecendo o seu valor inerente. Também nos textos pós-modernos é omitido o artigo com maior frequência. No conjunto de questões relativas aos processos de determinação poderiam ser expostas situações em que o uso do artigo difere de acordo com o tipo de cada situação de comunicação.

## Bibliografia

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Dicionário da língua portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.
- BACK, Eurico; MATTOS, Geraldo. *Gramática Construtural da Língua Portuguesa*. V. II. São Paulo: FTD, 1972.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- CÂMARA, Mattoso Júnior. *Contribuição à Estilística Portuguesa*. 2ª ed. ampliada. São Paulo: Organização Simões, Coleção Rex, 1972.
- CRESSOT, Marcel. *Le style et ses techniques*. Paris: P.U.F., 1947. [tradução portuguesa: *O estilo e as suas técnicas*. Lisboa: Edições 70, 1980]
- CUNHA, Celso; LINDLEY Cintra. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá de Costa, 1985.
- FARIA, Isabel Hub. *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.
- FINDRA, Ján. Štyléma a paradigmatica štylistiky. In *Sborník prací filozoficko-přírodovědné fakulty Slezské Univerzity v Opavě. Řada jazykovědná: D2*. Opava: Slezská Univerzita v Opavě, 2002, p. 159-164.
- FLORIDO, Maria Beatiz; SILVA, Maria Emília Duarte da; FONSECA, Joaquim. *Análise de comunicação. Estilística a análise textual*. Porto: Porto editora, 1981.
- GRADIM, Anabela. *Manual de Jornalismo, Livro de Estilo de Urbi et Orbi*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2000.
- HOFMANOVÁ, Jana. *Stylistika a...* Praha: Trizonia, 1997.
- KRČMOVÁ, Marie. Mluvenost a psanost jako slohotvorní činitelé. *LINGUISTICA ONLINE*, september 1st 2005. In: [www.phil.muni.cz/linguistica/art/krcmova/](http://www.phil.muni.cz/linguistica/art/krcmova/).
- Livro de estilo*. Lisboa: Público-Comunicação Social, 2001.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.
- MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de Uso do Português-Confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- PROJECTO AC/DC. *Corpo Natura/Público* [online]. In: <http://lusiadas.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=NATPUBLICO>.
- SOARES, Isabel Maria Pardal Hanemann. Contextos de ocorrência do nome próprio com e sem artigo definido: Qual o estatuto do artigo? In *Actas do XV encontro nacional da APL*. Lisboa: APL, 1999, p. 495-508.
- SVOBODOVÁ, Iva. Movimentos Semânticos do Artigo. In *Jornadas de estudos românicos, secção de lusitanística*. Bratislava: AnaPress, 2009, p. 121-139.

## Abstract and key words

Analyzing of the usage of the article with toponymics and anthroponymics, the author tries to answer some questions concerning the stylistic valor of the article in the Portuguese contemporary language. In contrast to all the studies, the stylistic activity of the article is presented as important not only from the point of view of the native speakers, but especially as a source important for the acquisition of the Portuguese language PL II.

Usage of article; toponymics; anthroponymics; pragmema; informema

